

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 6.212, DE 2002

Dispõe sobre a proibição de cobrança de tarifa bancária decorrente de serviço de compensação de cheques e outros documentos pelas instituições financeiras.

Autor: Deputado RICARDO BERZOINI

Relator: Deputado ALMEIDA DE JESUS

I - RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para ser apreciado o projeto em epígrafe. Proíbe à instituição financeira cobrar de seu cliente tarifas referentes a serviços de compensação de cheques ou outros documentos. Em acréscimo, define serviços de compensação como sendo o processamento de cheque ou documento destinado a efetuar débito ou crédito de recursos em conta de depósito à vista. Além disso, estabelece sanção aos infratores, com base no disposto nos incisos I e II do art. 44 da Lei nº 4.595/64.

O eminente Autor justifica sua proposição constatando que a liberação da cobrança de tarifas pelos bancos, autorizada pelo Banco Central, constituiu-se numa verdadeira armadilha para o consumidor. Apesar da argumentação, à época, do Banco Central de que a cobrança de tarifas poderia ser liberada sem problemas para o consumidor, uma vez que este teria plena liberdade para optar pelo banco que lhe oferecesse as tarifas mais baixas; o que aconteceu de fato foi que os bancos compensaram a perda de

receita causada pelo fim da inflação e do "overnight", passando a cobrar tarifas exorbitantes do consumidor e, mediante esse artifício, as instituições financeiras continuaram a bater recordes de lucratividade.

Segundo o Autor, há uma crescente demanda dos consumidores por uma sensível redução nos custos dos serviços bancários. Assim, como forma de atender, ainda que parcialmente, essa demanda veda-se a cobrança de tarifas referentes aos serviços de compensação de cheques e outros documentos.

Dentro do prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II - VOTO DO RELATOR

A cobrança voraz e indiscriminada de tarifas bancárias tem causado prejuízos aos consumidores em geral, e em especial àqueles de baixa renda, que são obrigados a manter conta em banco, seja para possuir uma caderneta de poupança, seja para receber o pequeno salário.

É no mínimo intrigante o modo pelo qual as instituições financeiras seguem batendo recordes de lucratividade, apesar do fim do elevado ganho inflacionário do "overnight" e do fim da ciranda financeira em nosso país. Provavelmente, uma das explicações é que, após o fim da inflação galopante no Brasil, essas instituições passaram a cobrar tarifas de seus clientes pelos mesmos serviços prestados anteriormente sem cobrança de tarifa alguma.

Não consideramos descabida a cobrança de tarifas bancárias. Se um serviço é prestado, é justo que o prestador seja adequadamente remunerado. O que consideramos injusto é que cidadãos de baixa renda vejam-se obrigados a sustentar a elevadíssima lucratividade das ricas instituições financeiras.

Instituições essas que, de acordo com o disposto no art. 192 da Constituição Federal, devem servir os interesses da comunidade.

Dessa forma, consideramos altamente sensata a proposição sob comento, que isenta de tarifação o serviço de compensação de cheques e outros documentos, quando destinados a efetuar débitos ou créditos em contas de depósito à vista, pois essa isenção reduziria os gastos do consumidor com serviços bancários.

Entretanto, acreditamos que seria conveniente isentar da cobrança de tarifas a compensação das contas de poupança, bem como a manutenção daquelas contas correntes que são obrigatórias para o recebimento de salários. Assim entendemos conveniente emendar a proposição em análise.

Pelas razões acima, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.212, de 2002, com a emenda anexa.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado ALMEIDA DE JESUS
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**PROJETO DE LEI Nº 6.212, DE 2002**

Dispõe sobre a proibição de cobrança de tarifa bancária decorrente de serviço de compensação de cheques e outros documentos pelas instituições financeiras.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art.1 º Fica vedada a cobrança de qualquer tarifa bancária, por parte de instituição financeira, referente ao serviço de compensação de cheque ou qualquer outro documento que seja executado pela própria instituição financeira ou por prestador de serviço de compensação e de liquidação, bem como referente à manutenção de conta corrente salário

Parágrafo único. Para os fins desta lei, entende-se por serviço de compensação de cheque ou qualquer documento, o processamento do respectivo cheque ou documento em câmara de compensação e de liquidação com finalidade de débito ou crédito dos recursos correspondentes em conta de depósito à vista, bem como em conta de poupança."

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado ALMEIDA DE JESUS